

## Se um Testemunho na Escuridão dos Arquivos – segunda parte

### Whether a Testimony in the Dark of the Archives – Part two

Édio Raniere; Cleci Maraschin

Universidade Federal do Rio Grande do Sul

---

#### **RESUMO:**

O artigo procura cartografar algumas das linhas de força que sustentam o funcionamento das medidas socioeducativas. Trata-se da continuação de “Se um Testemunho na Escuridão dos Arquivos”, publicado pela Revista *Mnemosine* vol.9, n.2. Previstas pelo artigo 112 do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA: Lei 8.069 de 13 de julho de 1990 –, as medidas socioeducativas são aplicadas quando um ato infracional, ao qual é passível atribuir a responsabilidade de adolescente – 12 a 18 anos – torna-se comprovado. Contudo, quais seriam as condições de possibilidade que tornam esta operação possível na contemporaneidade? Quais as principais estratégias conceituais utilizadas pela socioeducação, com quais poderes fez/faz aliança, que tipo de corpo – atitudes, comportamentos, gesto, hábitos, discursos – produz, o que faz circular, o que paralisa? O artigo está dividido em dois momentos: *Um pouco de possível, senão sufoco*, onde se conta como dois adolescentes infratores criaram para si uma linha de fuga; e *O pouco de possível que nos sufoca*, quando dois amigos, numa conversa de bar, debatem a importância do pensamento de Antônio Carlos Gomes da Costa para a socioeducação brasileira. Este ensaio prepara caminho para última etapa da pesquisa, onde se pretende mapear a invenção das medidas socioeducativas.

**Palavras-chave:** Medidas Socioeducativas; Adolescentes em Conflito com a Lei; Antônio Carlos Gomes da Costa; ECA; SINASE.

---

#### **ABSTRACT:**

The article seeks to map some of the force lines that support the functioning of educational measures. It is about the continuation of *If a Witness in the Dark of Files*, published by *Mnemosyne Magazine* vol.9, n.2. Foreseen for by Article 112 of the Statute of the Child and Adolescent - ACE: Law 8069 of July 13, 1990 - the educational measures are applied when an offense, which is punishable assign responsibility to the teen - 12 to 18 - makes been proven. However, what are the conditions of possibility that make this operation possible in contemporary times? What are the main conceptual strategies used by socioeducation? With what powers did / does alliance. What kind of body - attitudes, behavior, gesture, habits, speeches - produces, which circulates, which paralyzes? The article is divided into two stages: *A bit of possible, otherwise I suffocate*: which tells as two juvenile delinquents have created for themselves a scape line, and *The bit of possible that suffocates us*, when two friends in a bar conversation, debate the importance of Antonio Carlos Gomes da Costa thinking for Brazilian socioeducation. This article prepares the way for the last stage of the research, which aims to map the invention of educational measures.

**Key-words:** Socioeducational Measures; juvenile offenders; Antonio Carlos Gomes da Costa; ECA; SINASE

---

### **Um pouco de possível, senão sufoco**

Sete horas. A troca de plantão havia ocorrido normalmente. Entrando na galeria, o par de coturnos, excessivamente lustrados, de Adamastor, ressoam como tambores. Nenhuma brincadeira, nenhuma reclamação, nada. Num silêncio cinza os adolescentes fazem aguardar a abertura das celas, o café da manhã, a higiene matinal, a quadra de futebol. O educador estranha, toca nas grades com o molho de chaves. Sentados, cada qual em sua cama, os adolescentes retribuem o olhar. Silêncio.

– O que vocês andam tramando, hein rapaziada?

– Tramando a fome, seu. Esse moca sai ou já era?

– Sexta feira hein seu educador, hoje tem futebol...

– O moca tá miado de novo, ou vai rachar com os ladrão hoje?

– Não quero saber de B.O no meu plantão, hein, coloco todo mundo de medida!!!

Uma a uma, Adamastor libera as pesadas portas de metal. Um a um os adolescentes passam pela primeira revista íntima do dia. Após se apresentarem desnudos frente ao educador, dirigem-se ao banheiro e por fim ao refeitório. Comem em silêncio. Por dez anos Adamastor prestou concurso público para polícia militar; sem conseguir o cargo, obrigou-se a migrar de ONG em ONG, à procura de emprego. Trabalhou muitos anos com população carcerária adulta. Atualmente, por ordem do destino, é Educador Social num Centro Socioeducativo de Internação. Sua experiência no cárcere faz presentir algo errado. Vai à sala dos educadores, no livro ata retoma, uma a uma, as anotações dos plantões da última semana: uma tentativa de suicídio, cinco agressões verbais, duas agressões físicas, aplicação de oito medidas disciplinares. Tudo “normal”. Retorna ao refeitório, silêncio. Seu companheiro de plantão, Macedo, acabara de entrar para o ramo - um jovem de 23 anos, estudante de educação física, que sonhara em ser jogador de futebol.

– Tem alguma coisa estranha aí...

– Bom dia, Adamastor. O senhor acha? Vou lhe confessar que nunca tive um começo de plantão mais tranquilo. (Risos) Foi um trato que fiz com eles, sabe, está funcionando...

– Trato?

– Combinei com eles depois daquela última partida que jogamos: sempre que houver bom comportamento, deixo a quadra rolar dez minutos a mais.

– Você não entende nada disso, novato. Cadê o Jonas?

– Ah! Esqueci de comentar com o senhor. O Jonas precisava levar a filha dele ao dentista, só conseguiu o horário das oito horas. Deve estar chegando daqui a pouquinho...

– Mas vocês são loucos? E se o seu Pereira chega antes das nove e pega a gente com um educador a menos na casa? Não estou sabendo de nada disso, hein, não quero B.O pro meu lado...

– Calma seu Adamastor, Jonas quebrou um galho pra mim semana passada, se der qualquer problema eu assumo a bronca. Estou me dando super bem com os meninos, eles querem é jogar bola. Vai dar tudo certo.

Adamastor sai resmungando, enfurecido por ser obrigado a lidar com um novato em seu plantão. Segue à sala da coordenação, ainda faltam quinze minutos para as oito horas. O educador pega o telefone, oscila (...) incomodar a direção a essa hora; e se for bobagem, e se Macedo estiver certo? Pensa nos três filhos que tem em casa, na mulher recentemente desempregada. Resolve ligar.

– Alô, seu Pereira, bom dia...

– Bom dia, quem fala?

– É o Adamastor seu Pereira, desculpa incomodar o senhor a essa hora...

– Adamastor? Mas não pode esperar alguns minutos, daqui a pouco estou na unidade, rapaz, o que é que foi?

– Eu, eu...o senhor me desculpe, mas não sei bem o que fazer nessa situação...

– Os moleques brigaram de novo no refeitório? Tem alguém sangrando?

– Não, não é isso, seu Pereira, se fosse briga a gente os colocaria na contenção como o senhor já explicou.

– Então o que é, homem, desembucha logo!

– A unidade, toda, está em silêncio...

– Filhos da puta – gritando – merda, hoje é sexta feira, não deixa ninguém ir pra quadra, tranca todo mundo na galeria, se alguém reclamar desce o cacete, diz que foi ordem minha e põe de medida no alojamento, em dez minutos estou na unidade. Se o secretário de segurança pública vier pra cima de mim, dessa vez vai rolar cabeça, não vou poupar ninguém, neguinho desempregado me pedindo emprego é o que não falta.

Apavorado, Adamastor corre em direção aos alojamentos. Chama pelo colega novato, nem sinal; chama novamente, grita - nenhuma resposta. Os corredores estão

vazios, ninguém nos banheiros. Adamastor sabe o que aconteceu, mas se recusa a aceitar, uma lágrima raivosa corre em sua face enquanto bate a cabeça na parede.

– Que merda, que merda....filhos da puta...

O medo escorre pelo corpo cansado de Adamastor. Ao vestir o equipamento de segurança, pensa novamente nos filhos, na mulher. Paramentado recorre ao porteiro, que, assustado, concorda em ajudá-lo. Ambos se dirigem à sala dos educadores. Nervoso, Adamastor esmurra a mesa:

– Onde está, onde está?

A máquina de choque não era oficialmente permitida na unidade. Caso fosse descoberta pelo psicólogo ou pela assistente social, corria-se o risco de sofrer denúncia no Ministério Público. Necessitava, portanto, permanecer bem escondida.

–Aqui – radiante, José a encontra.

– Então vamos, é agora!

Empunhando “Direitos Humanos” – apelido carinhoso dado, pelos educadores, aos cassetetes –, escudos e cobrindo o rosto com capacetes, ambos dirigem-se à quadra. Amordaçado e preso à trave de futebol está Macedo, que esperneia, tentando se libertar. Sobre o imenso muro branco vinte lençóis coloridos, amarrados uns ao outros, formam uma corda, pela qual os adolescentes tentam escalar. Adamastor exige que todos se deem no chão da quadra, alguns obedecem, mas outros não. Inicia-se uma guerra. Sangue, hematomas, palavrões. A situação só se acalma com o disparo de três tiros advindos do 38, cabo de marfim, de seu Pereira.

– Todo mundo deitado no chão, é hoje que eu mato um desgraçado desses. Vem pra cima de mim, desgraçado – chutando a boca de um adolescente –, vem pra cima que eu te mato.

Frustrados, os adolescentes obedecem. Adamastor e Macedo aproveitam para vingar seus empregos quase perdidos, suas vidas, suas famílias, em alguns corpos franzinos.

– Desce daí, Silva

Com a arma apontada à cabeça de Silva, o diretor ordena que ele retorne à unidade.

– Quer ir pro zinco, Silva? Estou mandando descer, moleque...

– Seu Pereira, a gente sabe que o senhor é dedo no interruptor...

– Eu estou é com o dedo no gatilho, moleque, desce ou eu te sento ele.

Adamastor – falando com o subordinado – faz uma fila e conta a gurizada, manda ficar

só de cueca, de hoje até segunda feira vão ficar assim, depois tira também cobertor e colchão dos alojamentos. Vão dormir no chão pra aprender. Por último, manda os desmaiados dos técnicos avisar as famílias que não vai ter visita esse final de semana.

Adamastor obedece a ordem com prazer. Silva continua em cima do muro.

– Desce, Silva, queremos o melhor pra ti. Desce e paga o que tu deve pra sair com a cabeça erguida, pela porta da frente, sem dever nada pra sociedade.

– A gente vai fazer um melhor pra todo mundo, seu Pereira. Tamos ligado que o senhor, os educador, os psicólogo, todo mundo paga veneno aqui dentro também. Isso agora vai acabar. Esse cara que manda prender a gente vai pro zinco hoje, seu Pereira. Quando eu fizer ele, o senhor também vai ganhar o beco desse inferno.

– Macedo – falando com o subordinado –, o moleque endoidou, cadê o desmaiado do psicólogo?

– Acho que o senhor pediu pra ele tirar uns dias de folga, pra compensar o banco de horas...

– Liga e manda ele vir já pra unidade agora...

– Sim, senhor...

– Não! Macedo, volta aqui. Ele vai acabar vindo xeretar cueca embaixo do braço por causa dos direitos humanos da molecada. Deixa que eu mesmo resolvo...

– Sim, senhor...

– Silva, presta atenção na letra que vou te dar: matar o Juiz não adianta de nada, você mata um e logo vem outro para ocupar o lugar dele...

– Juiz é dedo no interruptor, seu Pereira, igual o senhor. Nós também vai rachar com ele pra ele canelar igual desse inferno.

– Seu Pereira, o Souza sumiu – comunica Adamastor à sua chefia...

– O que?

Pereira mantém a arma apontada à cabeça de Silva, mas por breves dois segundos encara Adamastor, perplexo com a notícia. Ao retornar o olhar, Silva não está mais em cima do muro.

– Filho da puta...

Seu Pereira descarrega o tambor do trinta e oito sobre o local deixado por Silva, algumas balas atingem o muro e ricocheteiam quadra afora, levando ao chão, igualmente, chefia, subordinados, infratores, toda a socioeducação ali presente.

– Corre, primo, corre. O verme tá atirando na gente

– Calma, mano, ele tá lá do outro lado do muro, as bala não chega aqui não...

– É nós! De milhares, tuas pira de vazá funcionou primo, canto a liberdade...

Ambos se abraçam, festejam.

– Mas a libera vai cantar mesmo depois que cobrarmos as pedra daquele pilantra que manda prender os di menor.

– Tá certo. Bora fazer o serviço então. No meu barraco tenho uma quadrada mocada, presente do meu velho; passamos na biqueira pra descolar uma pra ti também e já fazemos um adianto.

– Já é! Borá lá...

### **O pouco de possível que nos sufoca**

Dezenove horas. Bem ali onde a Jerônimo Ornelas conversa com a Jacinto Gomes encontram-se Pablo Corazza e Édio Raniere, pós graduando, para aquela cervejinha de sexta à noite.

– Vilma, a senhora pode trazer mais uma pra gente?

– Litrão, é?

– Isso, por favor. Obrigado.

– Cara, uma vez tu me contou uma história sobre o Antônio Carlos Gomes da Costa, dele ter se emocionado a ponto de chorar num seminário, lembra-se disso?

– Sim! Aquilo foi muito forte. Thelma havia me pedido para assumir a mediação do debate, fiquei todo bobo, além de conhecer o papa da socioeducação brasileira, estaria com ele na mesa.<sup>1</sup> Acabou vindo pouca gente, lembro-me dela chateada com a situação, “onde está a imprensa, o pessoal das medidas protetivas, do meio aberto?” Ela cobrava da coordenação de capacitação, Leandro nervoso gesticulava aos quatro cantos, tentando explicar que fizeram todo tipo de divulgação, mas que poucas pessoas da rede haviam confirmado presença. Por fim acabamos fazendo uma roda de conversa com Antônio Carlos, algo bem informal, apenas com funcionários das SECJ. Éramos umas 40 pessoas ao todo. Passamos o dia com ele, foi muito agradável, um grande privilégio. Entre tantas histórias e conceitos socioeducativos, num determinado momento ele se levanta da cadeira e dramatiza uma cena, parecia estar revivendo o acontecido: “Onde foi que erramos com vocês, onde foi que erramos?”

– Ah! sim, agora lembro de você contando, ele foi convidado para dar uma palestra numa penitenciária e enquanto falava reconheceu vários presos...

– Isso mesmo, muitos apenados que cumpriam sentença, alguns anos antes, haviam passado pela medida socioeducativa de internação...

– É nesse momento que ele se emociona?

– Brutalmente. Ergue as mãos, com o olhar fixo no horizonte, parecia deter-se nos olhos, um a um, dos aprisionados, parecia estar vendo a face de cada um deles... e por fim, olhando pra gente, pergunta: “Onde foi que nós erramos, onde foi que nós erramos com vocês?”

– Trazendo pra si a responsabilidade...

– E chorando compulsivamente.

– Pode ser mais uma Vilma?

– Uhum...

– Sempre retorno a essa imagem quando leio Antônio Carlos. Acho que, de uma certa forma, sintetiza toda a obra dele.

– Por quê?

– Porque ele acreditava, cara. Antônio Carlos acreditava profundamente na socioeducação.

– Um romântico...

– Mais que isso, uma paixão utópica...

– Acho que começo a compreender teu conceito de utopia correcional...

– Assim como também o foram Mello Matos, Moncorvo Filho e tantos outros. São pessoas muito bem intencionadas que dedicaram boa parte de suas vidas a um sonho.

– Incluir os excluídos...

– Acho que não. Esse capitalismo mundial integrado no qual vivemos está completamente acoplado à miséria, ela faz parte da maquinaria, ou seja, essas pessoas que denominamos excluídos já estão dentro; sem elas, sem as engrenagens que elas operam, haveria um colapso. Dizendo de outra maneira, não temos como incluir aquilo que já participa. Acho que se trata efetivamente de uma vontade de corrigir, ajustar, reformar. Uma espécie de “ortopedia concertada que é aplicada aos culpados a fim de corrigi-los individualmente” (Foucault, 2007: 107). No período que vai de Mello Matos até a década de noventa, isso é muito claro, temos as Escolas de Reforma, a doutrina da situação irregular etc. Todos os conceitos giram em torno da reabilitação dos adolescentes infratores. Minha suspeita é de que esta utopia correcional continua operando nos dias de hoje; mais que isso, sendo constantemente aperfeiçoada.

– Mas por que Antônio Carlos seria tão importante nesse sentido?

– O cenário é o seguinte: década de oitenta, redemocratização do país; nas ruas, entre as manifestações, vários grupos lutando pelos direitos das crianças e dos adolescentes. Consegue ver?

– Tá, e daí?

– O sistema judiciário juvenil, desde a década de cinquenta, está em crise. O regime militar havia reprimido a polêmica, mas agora tudo vem à tona. A reincidência dos adolescentes ao crime, os maus tratos, as torturas, as condições precárias dos alojamentos. O debate alcança a classe média, a opinião pública percebe que seus impostos estão sendo investidos de forma inadequada, que crianças e adolescentes estão



expostas a todo tipo de crueldade, que a promessa que lhes era feita pelo sistema Febem - reeducar menores delinquentes - não estava sendo cumprida. Em 1988 é promulgada a constituição cidadã e nela o famoso artigo 227, que torna a criança e o adolescente prioridades absolutas em termos de garantia de direitos.<sup>2</sup> Este primado, legitimado pela nova constituição, somado à ineficácia do sistema Febem, dispara um amplo debate que vai culminar na elaboração do Estatuto da Criança e do Adolescente.

– Sei disso tudo, mas onde entra Antônio Carlos nessa história?

– Bem, ele participou ativamente desses debates, foi um dos redatores do Estatuto; mas o ponto a que estou tentando chegar é o seguinte: enquanto outros defensores da Doutrina de Proteção Integral pensavam a reforma de maneira teórica, Antônio Carlos o fazia encharcado pelo sistema. Era um dos poucos, senão o único, que podia, ao mesmo tempo, ser atravessado pelos territórios de Presidente da Febem, diretor de unidade e Pedagogo.

– Ele chegou a ser presidente da Febem em Minas Gerais?

– Sim, durante o governo de Tancredo Neves, 1983-1984. Cargo conquistado graças à repercussão nacional que obteve...

– É mesmo?

– Antônio Carlos dirigiu por quase sete anos, em Ouro Preto, a Escola Barão de Camargos, internação feminina da Febem Minas Gerais. Experiência que ele descreve, através de uma narrativa fortemente influenciada pelo Poema Pedagógico de Anton Makarenko, chamada *Aventura Pedagógica: caminhos e descaminhos de uma ação educativa*, livro publicado, coincidentemente, em 1990. Mas a genialidade de Antônio Carlos Gomes da Costa, a meu ver, está em fazer pelo aprisionamento juvenil algo muito próximo ao que Lutero fez pelo cristianismo: uma reforma a ponto de reestabelecer a utopia, a esperança, a fé na correção do indivíduo.<sup>3</sup> E é por isso que entre os tantos redatores do Estatuto da Criança e do Adolescente<sup>4</sup>, penso que Antônio Carlos seja quem melhor expõe o rosto das medidas socioeducativas, é ele quem deixa claro aquilo que a socioeducação quer.

– Esse é o tal método de dramatização que você vive comentando, não é?

– Isso. Vilma! – chamando.

– Oi!

– Traz mais uma?

– Um-hum...

– Tá! Mais e aí, agora fiquei curioso, vamos ver: o que querem as medidas socioeducativas?

– Que tal perguntar diretamente para Antônio Carlos?

– Pensei que ele tivesse falecido em 2011...

– O homem morre, a obra fica – tirando da mochila vários livros e colocando sobre a mesa de bar.

– Entendi. Conta pra gente, Antônio Carlos, o que quer a socioeducação?

(...) assim como existe educação geral e educação profissional, deve existir socioeducação no Brasil, cujo objetivo é preparar os jovens para o convívio social (...) porque o jovem que cometeu ato infracional, na maioria dos casos, não dá certo na escola, no trabalho e na vida não pela falta de encaminhamentos para a escola ou oportunidades de profissionalização, mas porque lhe faltou acesso a uma educação mais ampla, que lhe possibilitasse aprender a ser e aprender a conviver (COSTA, 2006, p.57).

– Mas meu querido, como diabos se pode ensinar alguém a ser e a conviver?

– Muito simples...

– Não, cara – quebrando o jogo com uma gargalhada –, isso é impossível. Se aprendi alguma coisa com Deleuze, é justamente que o ser se diz enquanto processo permanente de diferenciação complexa em todo e qualquer ente.<sup>5</sup>

– Sim, lembro-me de Luiz Orlandi, em algumas aulas durante o mestrado, problematizando a ontologia em Deleuze de forma parecida. Mas exatamente esta é a questão que Antônio Carlos vai perseguir a vida toda. Simplificando cada vez mais, cada vez mais, até chegar ao empreendedorismo.

– Empreendedorismo? O que tem uma coisa a ver com a outra?

– O empreendedorismo é a resposta final à tua pergunta.

– Entendo cada vez menos;

– Beleza, façamos como nos ensinou Jack...

– Isso, por partes – risos.

– Como ensinar alguém a ser e a conviver, se aquilo que somos está em permanente movimento? Primeira etapa: paralisar conceitualmente o processo de singularização.

– Mas isso é impossível!!!

– Eu sei, mas estamos analisando a questão conceitualmente. Você precisa se colocar no lugar de Antônio Carlos, procure pensar como ele. Vamos fazer o seguinte: você trabalha como psicólogo numa unidade de internação e acabou de chegar um adolescente. Sentado em frente à mesa, ele te observa, vais fazer o primeiro atendimento

dele. Esquece todo plano de imanência habitado por esse moleque, diminui a zero a modulação, o que você está vendo?

– Um guri morto.

– Não, velho. – risos. Olha como psicólogo, pô!

– Então o que?

– Uma identidade, cara.<sup>6</sup> Quando paralisamos um processo de singularização, o que nos resta é a identidade. “Identidade e singularidade são duas coisas completamente diferentes. A singularidade é um conceito existencial; já a identidade é um conceito de referenciação, de circunscrição da realidade a quadros de referência, quadros esses que podem ser imaginários. Essa referenciação vai desembocar tanto no que os freudianos chamam de processo de identificação, quanto nos procedimentos policiais, no sentido da identificação do indivíduo – sua carteira de identidade, sua impressão digital, etc. Em outras palavras, a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência indetectável. (...) Ora, o que interessa à subjetividade capitalística, não é o processo de singularização, mas justamente esse resultado do processo, resultado de sua circunscrição a modos de identificação dessa subjetividade dominante” (GUATTARI e ROLNIK, 2000, p.68, 69).

–Ummm..., começo a suspeitar onde isso vai chegar;

– O pensamento de Antônio Carlos Gomes da Costa é completamente identitário. Ele analisa tudo ao seu redor a partir de modelos circunscritos, como se a vida nos apresentasse caixinhas com propósitos, e nos coubesse segui-las e/ou conquistá-las. Dessa maneira, o ser é destituído do processo de criação, da individuação, da singularização, de toda transdução. Antônio Carlos pensa a experiência existencial como uma escada que temos por obrigação ética subir. Nela, avançamos à medida que nos desenvolvemos, ou nos desenvolvendo à medida que avançamos. Trata-se de um pensamento linear, onde progredir, cumprir etapas, chegar à meta final é o que verdadeiramente interessa. Sempre achei paradoxal o investimento que a Secretaria Especial de Direitos Humanos fez nesses conceitos.

– Do que você está falando?

– Daquele trabalho de assessoria que o Antônio Carlos prestou para a Secretaria Especial de Direitos humanos em 2004, o qual inspirou a elaboração do Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE – e culminou na publicação de cinco livros de referência nacional para socioeducação (COSTA, 2006a; 2006b; 2006c; 2006d; 2006e).

- Cara, que livros são esses? Não consigo lembrar...
- Acho que estão aqui – destacando entre os livros sobre a mesa –, este é o Caderno Laranja
  - *Socioeducação: estrutura e funcionamento da comunidade educativa.*
  - Caderno Marrom: *Parâmetros para formação do socioeducador: uma proposta inicial para reflexão e debate.* Caderno azul: *Por uma política nacional de execução das medidas socioeducativas: conceitos e princípios norteadores.* Aqui o caderno verde: *As bases éticas da ação socioeducativa: referenciais normativos e princípios norteadores.* E esse é o caderno roxo: *Os regimes de atendimento no estatuto da criança e do adolescente: perspectivas e desafios.*
- Agora lembrei, eu tenho esse material em PDF, mas não conhecia a versão impressa, que bacana essa coleção...
- Olha que incrível esse gráfico aqui na p. 59 do caderno laranja:

### 4.1.1 O CAMINHO DO DESENVOLVIMENTO PESSOAL E SOCIAL

#### O Caminho do Crescimento Pessoal e Social



– Ah! Mas assim até eu que sou meio bobo dou jeito na coisa. Se posso fantasiar uma maneira ideal de ser, um último degrau da escada, se tenho um modelo, aí fica fácil. O problema deixa de ser o processo de singularização e passa a ser o cumprimento de metas imaginárias. Não se trata propriamente de aprender a ser, mas de atingir um modelo identitário previamente definido. Se faço de conta que o processo de singularização não existe, ou se trabalho no sentido de restringir o processo à identidade, transformo a vida numa mercadoria, num produto a ser conquistado. Nesse sentido é que você falava de empreendedorismo, empreender a si mesmo?

– Mais ou menos. Teus agenciamentos são muito velozes. Tenho dificuldade, por pensar lentamente, de te acompanhar, às vezes.

– Mas tem algo mais empreendedor que o caminho do desenvolvimento pessoal?

– O pior é que tem... – risos.

– Sério?

– É que até agora a gente estava tomando uma parte da obra de Antônio Carlos que é direcionada a Socioeducação, mas ele tem várias publicações específicas sobre empreendedorismo<sup>7</sup>.

– Tá brincando!

– Vilma, traz mais uma, que agora a coisa vai esquentar... vou até acender mais um cigarro...

– Olha esse livro aqui, por exemplo:

– Zap! *Virtudes empreendedoras* – lendo em voz alta, com o cigarro no canto na boca – Guia do Educando II: Trabalho de campo: um exercício de protagonismo juvenil. Mas isso foi escrito pelo Antônio Carlos Gomes da Costa? – folheando o livro – caramba, é dele mesmo, que loucura.

– É uma parceria dele com o instituto Alair Martins.

– Sim, tem várias páginas de abertura falando do instituto. Olha isso – lendo:

Missão do Iamar – Instituto Alair Martins: Desenvolver o potencial de adolescentes e jovens para construir visões de futuro e transformá-las em realidade por meio da Educação para o Empreendedorismo, contribuindo com o jovem para seu crescimento nos campos pessoal, social e produtivo e na promoção de uma cultura de preservação ambiental (COSTA, 2008:.6).

– Educação para o empreendedorismo?

– Exato! Este é o ponto. Quando dizia que o empreendedorismo era a resposta à tua questão, me referia a essa dobra.

– Nossa! E esse livrão bonito aqui, capa dura, olha só: *Ser Empresário: o pensamento de Norberto Odebrecht*. Mas o que é isso?

– Uma biografia – risos.

– Mas estou vendo que é uma biografia, o que me espanta é ter sido escrita pelo Antônio Carlos Gomes da Costa...

– Ele admirava profundamente o fundador das empresas Odebrecht, via nele um modelo empresarial a ser seguido...

– Antônio Carlos gostava mesmo de modelos...

– É verdade – risos –, tanto que esse livro, além de uma biografia sobre a vida e a obra de Norberto Odebrecht, se pretende uma espécie de manual para os que se “preparam para o exercício da arte de empresariar” (COSTA, 2004, p.15) e, ao mesmo tempo, como resposta à seguinte pergunta: o que é ser empresário?

– Caramba, mas como ele resolve isso?

– Com a Tecnologia Empresarial Odebrecht, na qual “percebe-se, claramente articulado e operante um novo humanismo empresarial”; “tesouro a descobrir”; “mensagens portadoras de futuro” (COSTA, 2004:24, 301).

– Aposto que este “tesouro da humanidade” ensina o que é ser empresário...

– Sim! No trigésimo capítulo, intitulado ‘Vinte e uma lições para o século XXI’, Antônio Carlos sistematiza a TEO – Tecnologia Empresarial Odebrecht – em vinte e uma lições, sendo que a décima sétima ensina que:

    Ser empresário, mais que uma ocupação, serviço ou profissão, é uma atitude básica diante da vida, comprometida com a produção de níveis de riqueza material e moral para clientes, acionistas, colaboradores, beneficiários e as comunidades onde a organização se faz presente. Ser empresário, portanto, é ter motivações materiais e não-materiais em níveis igualmente elevados (COSTA, 2004: 306).

– Que coisa linda, rapaz...Me lembrei, não sei bem por que, do SINASE... – gargalhada.

– Boa! Uma coincidência curiosa é que este livro sobre Odebrecht foi publicado em 2004, exatamente no mesmo ano que Antônio Carlos é contratado como assessor pela Secretaria Especial de Direitos Humanos para realização daqueles cinco cadernos sobre Socioeducação de que falávamos há pouco, os quais irão justamente servir como base à construção do SINASE. Agora, Antônio Carlos realizou vários projetos em parceria com a Fundação Odebrecht; olha esse aqui, por exemplo...

– *Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática* - esse menino na capa é o protagonista?

– Talvez – risos – por quê?

– Ele está assentando lajota na frente de um muro enorme, bem democrática a participação dele nas fundações Odebrecht... – risos

– Pois é; olha só esse trecho:

    Vê-se, pois, que tanto quanto um direito, o envolvimento em ações de protagonismo ligadas ao bem comum, ao interesse coletivo, é um dever do adolescente. Esse, na verdade, é o outro lado da moeda dos direitos que a Convenção Internacional dos Direitos da Criança, a Constituição Federal e o Estatuto da Criança e do Adolescente reconhecem e proclamam como sendo condição de cidadania para as crianças e os adolescentes (COSTA e VIEIRA, 2006:238).

– Mas aí não tem nada de novo; esse sim é o Antônio Carlos que estou cansado de ler nos manuais de socioeducação...

– Sim, mas se a gente virar algumas páginas:

    Ao estimular o protagonismo do adolescente, a Fundação Odebrecht vislumbra a formação de uma nova geração de adolescentes, agentes das profundas transformações

que a sociedade contemporânea exige (...) Nas ações empreendidas pela fundação Odebrecht, os adolescentes tornam-se muito mais parceiros do que alvos das ações e projetos, participando ativamente da criação, organização, realização e avaliação das atividades (COSTA e VIEIRA, 2006:259).

– Nossa, mas é exatamente o que Deleuze problematiza na passagem da sociedade disciplinar para sociedade de controle: o protagonismo empresarial avançando sobre o fabril corpo disciplinado. O empreendedorismo sendo instalado como exigência de uma sociedade que pede passagem. não basta mais obedecer, ser um bom empregado, é necessário ser criativo, protagonista, inventivo. Começo a compreender melhor de onde realmente veio a grande inspiração do SINASE...

– Pois é – risos –, o nome até que ficou parecido, pelo projeto original de Antônio Carlos deveria se chamar SINAPSE, mas parece que o Conanda não gostou muito da brincadeira neurológica e acabou ficando mesmo SINASE<sup>8</sup>. A influência é tamanha, que obrigou Carmem Silveira de Oliveira, na época, subsecretária de promoção dos direitos da criança e do adolescente, a fazer uma ressalva em seu texto de apresentação aos cadernos<sup>9</sup>.

– Que loucura....Só falta agora você me dizer que o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo pretende ensinar empreendedorismo aos adolescentes em conflito com a lei.

– De certa forma...

– Não, isso não. – gargalhada.

– Cara, já discutimos exaustivamente essa questão.

– Não lembro.

– Lembra sim, qual o principal conceito do Sinase?

– Ah! Sim, a identidade. Boa parte do Sinase gira em torno do conceito de identidade.

– E como foi que chegamos a essa conclusão?

– Por causa do Plano Individual de Atendimento (PIA), segundo o qual todo adolescente em conflito com a lei precisa....– perplexo, com os olhos esbugalhados, num instante de pausa –... Puta que pariu, é verdade...

– Compreendeu?

– É óbvio; no fundo, o que o PIA ensina, ou, melhor dizendo, obriga o adolescente a fazer, é planejar e atingir metas. Quando o Sinase determina que cada adolescente em cumprimento de medida socioeducativa deve construir, em parceria com a equipe técnica, seu Plano Individual de Atendimento, a velha fórmula disciplinar - tal



hora acordar, tal hora rezar, tal hora estudar, etc - é atualizada pelo empreendedorismo. É como se a gestão do tempo, utilizada pelas sociedades disciplinares, não bastasse mais, tornando necessário agora uma espécie de gestão de si, autogestão.. Bha! Essa foi forte.<sup>10</sup>

– Exatamente, é nesse sentido que falo de um aprimoramento da utopia correcional... Trata-se de avançar, aperfeiçoar o possível da correção. Se o resultado esperado na administração do tempo eram os corpos dóceis, bons empregado para as fábricas, a empresa, que ocupa agora o lugar da fábrica, necessita de sujeitos, ao mesmo tempo, responsáveis e criativos, que consigam não apenas atingir as metas planejadas, mas elaborá-las, recriá-las constantemente. Ou seja, as

práticas reguladoras foram transformadas para incorporar a pressuposição do ‘self empreendedor’, esforçando-se por satisfação, excelência e conquistas. Por essa razão, o vocabulário da empresa liga a retórica da política e de programas reguladores às capacidades de ‘controle do ‘self’ dos próprios sujeitos. A empresa forjou um novo ‘link’ entre as maneiras pelas quais somos governados por outros e as maneiras pelas quais devemos nos governar (ROSE, 2008:162).

– Não basta mais ser um corpo dócil, é preciso aprender a controlar o self, administrar a identidade, tornar-se um empresário de si.

– Em síntese: aprender a ser.

Após alguns segundos de silêncio

– Vilma, a senhora traz mais uma pra gente?

– U-hun...

– Obrigado.

– Cara, isso tudo me parece, eticamente falando, um tanto delicado...

– Depende da ética – risos.

– Como assim? Qual seria a ética das medidas socioeducativas?

– Bom, aí entramos no segundo querer socioeducativo; se o primeiro se dirige à correção do ser, sendo que para executar essa operação as medidas socioeducativas necessitam paralisar o ser na identidade, o segundo querer pretende corrigir as relações sociais, os modos de conviver.

– Bha! Não vou mais bater na mesa dizendo que é impossível. Aliás estes restos de possível estão me asfixiando;

– Se Deleuze estudasse socioeducação, aquela máxima talvez fosse ‘o pouco de possível que me sufoca’...<sup>11</sup>

Gargalhadas

– Tu conhece esse ensaio do Nicolas Rose? – mostrando um texto impresso.

– *Psicologia Como Ciência Social* – lendo o título em voz alta –, acho que a Ori estava trabalhando nisso outro dia. Mas, o que tem ele?

– É que a ética que envolve o segundo querer socioeducativo está excessivamente presente na contemporaneidade. Deparamo-nos com ela todos os dias. Esse excesso de presença torna muito difícil enxergá-la. Rose nos ajuda a compreender o que está em jogo. Escuta isso:

O “self empreendedor” faria de sua vida um empreendimento, projetaria um futuro e procuraria adequar-se na intenção de se tornar aquilo que desejasse. Empresa designa uma forma de regular que é intrinsecamente “ética”: um bom governo é aquele baseado nas maneiras pelas quais as pessoas se governam. O “self” é para aspirar autonomia, para esforçar-se para alcançar satisfação pessoal em sua vida na terra, para interpretar sua realidade e destino como uma questão de responsabilidade individual, enfim, encontrar significado na existência moldando sua vida através de escolhas (ROSE, 2008: 162).

– Caramba! Muito bom mesmo. Então estamos falando de uma ética que se sustenta ao mesmo tempo na identidade – self empresarial – e na responsabilidade individual...

– Exatamente! E são esses dois conceitos – identidade e responsabilidade – que nos forçam à escolha pessoal. Temos a tendência, quase sempre, de aproximar escolha e liberdade, talvez ainda por influência de Sartre, sem perceber que, ao escolher, a escolha não parte propriamente de um sujeito livre – completamente individuado –, mas sim de uma história que o antecede, dos encontros e dos devires que o atravessam. Ao remeter a escolha ao sujeito, fazendo com ela inicie, tenha origem em suas ações isoladas, reduzimos um complexo processo de subjetivação a uma identidade que será, por consequência lógica, responsabilizada por seus atos, fechando assim o círculo sobre o sujeito que “age”. Dizendo de outra forma, a escolha permite um casamento perfeito entre a identidade – self empreendedor – e a responsabilidade individual.

– Hummmm – acendendo um cigarro –, mas é claro! O segundo querer socioeducativo não pode ser outro...

– Diga lá.

– O dever ser, a ética deontológica...<sup>12</sup>

– Bem no nervo.

– Certo, acho que entendi teu argumento: *enquanto o aprender a ser paralisa o plano ontológico na identidade, o aprender a conviver paralisa a relação no dever.*

– Bingo!

– Mas falta um conceito nesse jogo, porque se a pausa ontológica só acontece através da identidade, para que toda relação com o mundo seja transformada em regra, alguma coisa precisa forçá-la a isso.

– Perfeito, estamos de acordo. E qual seria, na tua opinião, esse conceito a partir do qual podemos transformar todas as maneiras de lidar com o mundo em regra?

– Só pode ser um...

– Qual?

– Deus!

– Cara, essa era minha aposta também. Mas aquela noite que fomos assistir a fala do Osvaldo Giacoia Jr. na Unisinos, mudou tudo...

– Por quê?

– Durante o debate eu fiz uma pergunta pra ele, tá lembrado?

– Mais ou menos, acho que era algo sobre a morte de deus, não?

– Minha questão era: se Deus está morto, se não o temos mais como fundamento da lei, da regra, do dever, o que estaria sustentando as éticas deontológicas contemporâneas, a exemplo dos direitos humanos? Então Giacoia responde dizendo que o conceito-chave em toda ética deontológica não é deus, mas sim a dignidade.

– A dignidade seria o modelo?

– Não! O conceito de dignidade, transformado numa categoria inata por Kant, é a base sobre a qual se estrutura o dever ser. O que legitima a criação de regras universais, supostamente boas a todos, o que legitima o dever ser indiscriminadamente, o que permite projetar um modelo de como as pessoas devem ser e conviver é este subsolo kantiano. É justamente através dele que Antônio Carlos pode afirmar a responsabilização do adolescente infrator como território de encontro entre educação e direito:

É neste ponto que, a meu ver, pulsa o coração desta reflexão. O primeiro desafio é localizar um território comum em que pedagogos e juristas possam se encontrar e, a partir da perspectiva de cada um, lançar as bases de um relacionamento construtivo e maduro. Este território – não tenho dúvida – é o da responsabilização do adolescente (COSTA, 2011: 176).

– Por isso, digo e repito, Antônio Carlos era alguém muito bem intencionado: no fundo do dever ser, da responsabilização, da identidade, do aprender a ser e a conviver que ele tanto defendia, está a dignidade dos adolescentes infratores, o que ele defendia em última ordem era esse conceito.

– Então a ética do dever ser, que você chama com esse nome bonito de ética deontológica, se desestabilizaria sem a naturalização do conceito de dignidade.

– Sim! Por isso Agamben sustenta em *O Que Resta de Auschwitz* que o debate sobre ética em nosso século inicia com Nietzsche<sup>13</sup>.

– Por que com Nietzsche?

– Porque Nietzsche realiza uma profunda crítica à noção kantiana de dignidade, desativando a ética do dever ser, através da inocência do devir<sup>14</sup>.

– A partir de Nietzsche não existe mais responsabilidade, então?

– Não! – risos –, a partir de Nietzsche toda e qualquer tutela, mesmo as bem intencionadas, torna-se explícita. O grande engodo da socioeducação é tentar responsabilizar o adolescente tutelando sua existência. Dizendo de forma bem simplista, se Deus está morto, seria necessário criar nossas próprias leis, somente assim seríamos efetivamente responsáveis. Obedecer ou transgredir uma norma já instituída é continuar sob a tutela dessa norma, é viver sob a sombra de um deus morto. Lembra-se das três transformações em *Assim Falava Zaratustra*?

– Aquela do camelo, do leão e da criança?

– Isso, o camelo aceita a lei a ele imposta, quer ser bem carregado de deveres e marcha ao deserto repetindo a si mesmo tu deves, tu deves, tu deves; o leão não aceita nenhuma lei, transgride, vai contra, desobedece, grita eu quero; mas nenhum dos dois é responsável. Ambos estão sob a mesma tutela, a mesma lei, o mesmo dever ser. Suas existências dependem de um *dever ser* onde um obedece e outro desobedece. Apenas a criança pode criar valores e, ao criá-los, escapar da tutela do dever ser, tornando-se, enfim, responsável.

– Nesse sentido a socioeducação poderia ser considerada uma grande farsa?

– Claro. Pois o que aparece como responsabilidade é na verdade submissão ao dever ser. O que se pretende, em última instância, é domesticar o adolescente infrator para que ele aceite normas que não criou. Às vezes me parece que a socioeducação tenta transformar leões em camelos. Talvez falhe na maioria dos casos justamente por isso.

– Tá, mas não daria então pra gente pensar o PIA, proposto pelo Sinase, dessa maneira, como um dispositivo que permitisse ao adolescente inventar a si mesmo?

– Sim e não. Pois o Plano Individual de Atendimento não abre caminho para a criança, o que ele faz é permitir ao adolescente um *autocamelismo*. Quando o adolescente consegue cumprir as metas previstas, um devir camelo atravessa seu corpo podendo, sim, desencadear uma composição de si; mas, se não conseguir, terá de lidar

com a frustração e com um devir leão, não raramente enfurecido. De uma forma ou de outra, o adolescente continuará sob o plano tutelar; na melhor das hipóteses, conseguirá transformar-se num camelo criativo, num bom empreendedor de si mesmo. Importante aqui é a gente marcar o abismo que existe entre um processo de singularização – onde o que está em jogo é a invenção de si, a resolução de uma metaestabilidade – e uma identidade empreendedora – onde se pretende domesticar um animal furioso fazendo com ele cumpra metas, evoluindo sempre um degrau a mais até atingir o ideal planejado.

– Vilma, a senhora pode trazer mais uma pra gente?

– Olha, essa vai ser a última, estou fechando...

– Como assim, Vilma, não é nem nove horas ainda...

– Meu marido e eu queremos assistir ao jogo do Grêmio em casa, vamos fechar mais cedo hoje...

– E essa gente toda? – olhando as mesas em volta.

– Vai todo mundo embora, e vocês também vão...

– Ah! Então tá, traz a saideira pra gente...

– Voltando ao teu método de dramatização: a socioeducação quer, então, ensinar a ser e a conviver...

– Sim, essa é minha hipótese.

– Na tentativa de realizar o primeiro querer, paralisa o processo de subjetivação, convertendo-o em identidade; tentando chegar ao segundo, distancia-se do debate contemporâneo sobre ética, fundamentando-se no dever ser, na ética deontológica. Transforma, assim, responsabilidade em submissão aos valores instituídos.

– Perfeito. Venho pensando que, em se tratando de medidas socioeducativas, Identidade e Responsabilidade são conceitos essenciais. A máquina socioeducativa não conseguiria operar sem estas duas engrenagens.

– Mas e os Direitos Humanos? Sempre te ouço falar da importância deles para o funcionamento da socioeducação...

– Sim, os Direitos Humanos. Mais uma vez é Antônio Carlos Gomes da Costa quem nos ajuda a compreender o jogo. Veja, para que as medidas socioeducativas possam pretender ensinar o adolescente a ser e a conviver, antes se faz necessário acreditar que “foi exatamente o fracasso na aquisição dessas duas competências fundamentais o que mais contribuiu para que eles cometessem atos infracionais e ingressassem no sistema de administração da justiça juvenil” (COSTA, 2006: 11).

Trata-se, portanto, de auxiliar o adolescente para que ele se torne competente neste sentido. Mas por que fazê-lo? Que vontade nos carrega, enquanto socioeducadores, a trabalhar dessa forma? Afinal, por que lutamos tanto para corrigir no indivíduo aquilo que sabemos resultar de um violentíssimo agenciamento coletivo?

Porque é uma determinação legal – é uma resposta. Porque é um direito garantido nas leis – é outra resposta. Porque é o seu trabalho – também é uma resposta. Mas existem respostas que avançam por motivações mais profundas e abrangentes: porque, assim, você se humaniza; porque, assim, você aprende cotidianamente a ser e a conviver; porque, assim, você faz uma escolha de você mesmo como pessoa, cidadão e profissional; porque, assim, você participa da construção de um projeto de humanidade (COSTA, 2006: 12).

– Todos nós que trabalhamos com medidas socioeducativas nos deparamos com essa esfinge. Decifra-me ou te devoro, é o que em algum ou em vários momentos ela vem nos dizer. Precisamos responder, é uma questão vital, sem isso não se pode continuar; mas como, de que forma, encaminhar a questão? Essa necessidade nem sempre é dirigida aos colegas de profissão, na maioria das vezes trata-se de responder a si mesmo. Por que faço isso? Por que colaboro com a manutenção desse sistema? Quando a esfinge te interrogava, o que você costumava responder?

– Hein?

– Por que você escolheu trabalhar com medidas socioeducativas?

– Cara, não foi bem uma escolha. Eu estava em Curitiba, desempregado já havia alguns meses, tinha deixado currículo em tudo que era canto e nada. Nessa época, o Pedro Braga atuava como psicólogo e, ao mesmo tempo, coordenava o ‘Construindo a Liberdade’, programa de LA e PSC de Piraquara.<sup>15</sup> O caso é que ele foi chamado para assumir um cargo no Pró Jovem Urbano e me perguntou se eu toparia responder ao mesmo tempo pela função de coordenador e psicólogo do programa, como ele fazia. Eu não pensei duas vezes, aceitei de imediato. Acabei ficando dois anos e meio. E você?

– Meu caso foi bem parecido. Tinha defendido minha dissertação de mestrado, estava desempregado e devendo vinte mil reais para a PUC-SP. Sem grana nenhuma, fui obrigado a voltar para casa dos meus pais em Blumenau, SC. No início não foi tão ruim, mas, depois de alguns meses, batendo de porta em porta, encaminhando currículo sem nada conseguir além de umas poucas palestras em semanas acadêmicas, minha mãe começou a insistir que essa tal de psicologia não empregava ninguém e que eu deveria aceitar a primeira coisa que surgisse, no comércio, em bares como garçom etc. Não houve uma ameaça direta de ser expulso da casa deles, mas algo próximo disso estava sempre no ar. Então meu pai, que havia trabalhado alguns anos antes no Centro de

Internação Provisória – CIP – como motorista, soube por um amigo que a unidade seria reaberta. Provavelmente eles estariam selecionando psicólogos. Organizei minhas publicações, vesti meu melhor traje de psicólogo e fui conversar com o coordenador da unidade. Acabei conseguindo a vaga: o salário estava bem abaixo do valor de mercado, mas fiquei contente de poder trabalhar na minha área de formação, para a qual me esforcei tanto e me endividei por completo.

– Sei que vais desenhar alguma paisagem com essa coincidência, estou curioso...

– Sim – risos. Olha só, se a tese de Agamben está correta e vivemos todos num campo de concentração biopolítico, minha impressão é de que este território experimentado por nós, socioeducadores, não difere tanto daquele que fora ocupado pelos Kapos...

– Kapos?

– Sim, Primo Levi conta que os Kapos também eram prisioneiros nos campos de concentração, quase sempre, portanto, judeus como a maioria que ali estava. Eles não pertenciam à polícia nazista, mas eram por ela recrutados. Esses Kapos se sujeitavam a realizar tarefas que os nazis desprezavam, como servir a sopa nos refeitórios, organizar as filas para entrar e sair dos dormitórios, conferir a presença e as tentativas de fuga dos colegas etc. Mas o que eles recebiam em troca? Um prato a mais de sopa, uma peça esfarrapada de pijama, migalhas de pão... Dizendo de outra forma, os Kapos aceitavam subordinar seus colegas aprisionados com a esperança de sobreviver no Estado de Exceção em que foram lançados. Segundo Primo Levi, aqueles que não morreram de fome, nem de frio, ou nas câmaras de gás, sentiram-se envergonhados ao sair dos campos de concentração. E quem seriam esses que sobreviveram, a exemplo do próprio Primo Levi, senão os Kapos? E que vergonha seria essa senão a de estarem vivos? A grande maioria de nós, socioeducadores, vem de condições sociais muito próximas às dos adolescentes em conflito com a lei. *Você já se perguntou que pequeníssima, milimétrica circunstância, fez com que um socioeducador não se tornasse um adolescente em conflito com a lei; fez com que um adolescente em conflito com a lei não se tornasse um socioeducador? Onde começa um adolescente infrator e termina um educador? Em que momento começa um Educador Social e termina um Adolescente Infrator?*

– Sinto um gosto travoso na boca, como se fosse uma cachaça ruim, amargosa...

– Talvez a nudez das medidas socioeducativas seja insuportável. Talvez a gente necessite, sempre estar cobrindo-a com belas roupas coloridas, elegantes; com adornos, pinturas, jóias:

É aí, no momento de resposta a essa pergunta, que você afirma o seu compromisso ético, base sólida para a sua vontade e o seu agir políticos. É aí que você elege os fundamentos éticos para aprender e ensinar a ser e conviver. A partir dessa escolha, você dá sentido ao que você faz e ao que você é, no dia-a-dia da comunidade socioeducativa, e à sua vida como um todo. Assim, a sua atitude básica como pessoa humana e como educador estará fortemente lastreada numa base ética, que pode ser traduzida na crença inabalável de que o adolescente autor de ato infracional é uma pessoa humana, tem valor, é sujeito de direitos, é prioridade absoluta para o Brasil e é capaz de aprender a ser e a conviver de acordo com os valores e princípios da nossa sociedade. Se você fizer essa escolha ética e acrescentar a ela vontade política (vontade de somar esforços e agir para fazer acontecer o que é o certo) você estará contribuindo para criar novos usos e costumes, orientados, essencialmente, pelos direitos humanos (COSTA, 2006:12).

– A beleza dos Direitos Humanos camufla, esconde, cria um véu de maia sobre a socioeducação, ou sobre aquilo que não queremos ver nela. São os Direitos Humanos, como horizonte, como lugar a se chegar, como terra prometida, que nos fazem caminhar acreditando que estamos fazendo algo de bom para estes adolescentes. Através deles disfarçamos o jogo com nomes bonitos ao estilo do próprio conceito de medidas sócio educativas, mas, na verdade, a mesma utopia correcional que sustentava as Casa de Reforma em 1927 serve de base, hoje, aos centros de socioeducação.<sup>16</sup>

– Será mesmo? Mas você não pode negar que depois do ECA o caráter sancionatório dos reformatórios foi transformado em pedagógico. Que os castigos cederam lugar à educação.

– Sempre foi pedagógico, Pablito. Se leres com calma o Código de Mello Matos, vais notar que a intenção das Casas de Reforma era educacional, da mesma forma essa era também a intenção das Febens, do código de menores de 1979. Nunca houve outra intenção que não fosse educacional.

– Mas antes havia tortura, maus tratos, os adolescentes eram severamente punidos.

– Sim, nesse sentido houve uma pequena melhora e podemos sim pensar os Direitos Humanos exercendo uma força positiva nesse combate. Mas a grande questão é que o horizonte inalcançável apresentado pelos Direitos Humanos possivelmente seja um dos mais importantes, senão o mais importante, dispositivo de *governamentalidade* de nosso tempo.

– De governamentalidade?



– Sim!

– Mas por quê?

– Porque “a governamentalidade moderna coloca pela primeira vez o problema da ‘população’, isto é (...) o objeto construído pela gestão política global da vida dos indivíduos (biopolítica). Essa biopolítica implica, entretanto, não somente uma gestão da população, mas um controle das estratégias que os indivíduos, na sua liberdade, podem ter em relação e eles mesmos e uns em relação aos outros. As tecnologias governamentais concernem, portanto, também ao governo da educação e da transformação dos indivíduos, àquele das relações familiares e aquele das instituições. É por isso que Foucault estende a análise da governamentalidade dos outros para uma análise do governos de si: Eu chamo ‘governamentalidade’ o encontro entre as técnicas de dominação exercidas sobre os outros e as técnicas de si” (REVEL, 2005:55).

– Tás querendo dizer que a terra prometida dos Direitos Humanos pode ser utilizada como tecnologia de governamentalidade sobre os outros e sobre si mesmo?

– Quase isso, minha hipótese é de que os Direitos Humanos permitem, em se tratando de Medidas Socioeducativas, um encontro entre a dominação do outro, tido como adolescente em conflito com a lei, com a dominação de si, desesperadamente procurada pelo socioeducador...

– O que te leva a pensar que o socioeducador necessite tanto assim dessa tecnologia?

– A pergunta feita pela esfinge...

– Claro, ele não tem saída. Ou encontra um possível que justifique seu estranho trabalho ou adoce ao compreender-se como Kapo, ou como uma espécie de capitão do mato...

– Sim, sendo que esse possível, esse fundo, esse chão sobre o qual se assentam os direitos humanos nada mais é que a dignidade: “a clareza conceitual, o compromisso ético e a vontade política só potencializam verdadeiramente sua ação quando o educador estiver comprometido em níveis que ultrapassam o mero conhecimento do assunto, ou seja, quando estiver emocionalmente envolvido com a causa da dignidade plena do adolescente (COSTA e VIEIRA, 2006: 219).

– Tô fechando...

– Oh, dona Vilma, a gente precisa explicar um pouco melhor essa relação entre Direitos Humanos e Governamentalidade, o povo vai ficar confuso...

– Vai nada, você já colocou uma nota de rodapé explicando que esse debate acontece nos tais e-mails a Foucault. Quem quiser que vá até lá para entender. Tenho mesmo que fechar: foram oito cervejas...

– Deixa só eu fazer uma breve introdução...

– Pra que?

– Para que as pessoas criem um agenciamento com o capítulo que a senhora mencionou...

– Nada disso. Aqui não adianta latir, meu querido, precisa morder...

– Boa dona Vilma – Pablo Corazza cai na gargalhada, Édio Ranieri engole a seco uma pálida concordância.

– E depois, como é que vais estabelecer, numa breve introdução, uma relação entre governamentalidade, direitos humanos e cidadania?

– Cidadania? – Pergunta Pablo Corazza com dificuldade de conter o riso.

– Claro, teu amigo contou a história pela metade. Mas ele vai problematizar isso tudo nesse e-mail ao Foucault, não vai?

– Acho que sim...

– Então, agora chega, vamos indo, que eu quero ver o jogo em casa.

– Tens mais dois pila aí?

– Tá aqui dona Vilma – contando as cédulas e pagando a conta –, desculpa a gente se alongar.

– Tem nada não, querido. Até mais...

– Tchau, dona Vilma...

– Tchau...

– E aí, tá a fim de caminhar um pouco? Vou aproveitar que está cedo e dar uma passada na biblioteca da psico; preciso pegar uns livros.

– Cara, acho que vou indo nessa. Oriana está chegando de Três de Maio daqui a pouquinho – olhando no relógio –, tenho que passar em casa ainda e depois sair para buscá-la na rodoviária.

– Beleza! Falamos na sequência.

– Valeu, manda um beijo pra Lili.

– Mando sim, até mais...

**Glossário “Vida Loka”<sup>17</sup>**

<b>EXPRESSÃO</b>	<b>SIGNIFICADO</b>
“Amor só de mãe”	Amor incondicional; a mãe como o mais sagrado de todos os seres.
“Biqueira”	Local onde se vende crack.
“B.O”	Confusão
“Bronca”	Responsabilidade.
“Caminhada reta”	Agir segundo as leis do Vida Loka.
“Com todo respeito”	Expressão obrigatória sempre que se falar e/ou perguntar sobre a família de outro interno.
“Coruja”	Cueca, roupa íntima masculina.
“Dar a Letra”	Explicar.
“De Milhares”	Massa, legal, joia.
“Desacerto”	Algo que deu errado, complicação, confusão.
“Desenrolar”	Acerto de contas.
“Di Menor”	Adolescente em conflito com a lei
“Estar no mofo”	Expressão usada para se referir ao interno que cumpre uma medida disciplinar muito longa, geralmente isolado dos demais.
“Estoque”; “estocar alguém”	Arma branca fabricada dentro da unidade; utilizar esta arma para agredir ou matar.
“Enxergado”; “Ser enxergado”	Chamar a atenção negativamente, ficando visado pelos educadores e/ou pelos outros internos.
“Fazer um adianto”	Assaltar, roubar.
“Ficar azul”	Ficar esperto, ligeiro.
“Ficar de porquinho”	Contenção onde as mãos são algemadas nas costas junto aos pés.
“Gardenal”	Louco, loucura.
“Inferno”	Unidade Socioeducativa.

“Jega”	Alojamento, cela.
“Ladrão”	Auto referência dos adolescentes em conflito com a lei; não possui sentido pejorativo, mas sim afirmativo.
“Noia”	Usuário de crack.
“Madeireiro”	Educador Social que age gentilmente com os adolescentes. Essa expressão tem sentido pejorativo.
“Marrocos”	Pão.
“Moca”	Café
Mocado	Escondido
“Parasita”	Palavrão, xingamento.
“Passar o pano”	Fazer um favor, ajudar, colaborar.
“Pedra”	Crack.
“Pegar o beco do inferno”	Fugir da unidade.
“Pinha”	Cabeça, cérebro, mente.
“Pira”	Pensamento, coisa, delírio.
“Pilantra”	Palavrão, xingamento.
“Primo”	Amigo.
“Quadrada”	Arma de fogo, pistola.
“Rato”	Palavrão, xingamento.
“Rachar”	Ser parceiro, colaborar com alguém
“Seguro”; “tirar pra seguro”	Adolescentes que cometeram crimes proibidos pelas leis dos “Vida Loka” (ex: estupro); ameaçar de espancamento ou morte.
“Tatu”	Escavação criada com finalidade de fuga.
“Truta”	Amigo.
“Vida Loka”	Identidade que muitos adolescentes internos de unidades socioeducativas se atribuem. Expressão aberta, onde cada adolescente imprime um sentido próprio.
“Virar a cadeia”	Complicar a vida, agredir alguém, criar

	confusão para alguém.
“X”	Alojamento, cela.
“Xeretar cueca embaixo do braço”	Questionar; reprovar uma ação.
“X9”	Delator, dedo-duro.
“Zinco”; “mandar pro zinco”	Mesa do necrotério; matar alguém.

## Referências

- AGAMBEN, Giorgio. *O Que Resta de Auschwitz: o arquivo e a testemunha*. São Paulo: Boitempo, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Homo-Sacer: o poder soberano e a vida nua I*. Belo Horizonte: UFMG, 2010.
- \_\_\_\_\_. *O Estado de Exceção*. São Paulo: Boitempo, 2004.
- \_\_\_\_\_. *O que é um dispositivo*. Fala proferida por Giorgio Agamben em uma das conferências que realizou no Brasil, em setembro de 2005. Disponível em <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/Outra/article/view/12576/11743>>. Acessado em 08 de junho de 2011. Tradução feita a partir do original em italiano.
- \_\_\_\_\_. *Profanações*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- \_\_\_\_\_. *O que é o contemporâneo? E outros ensaios*. Chapecó: Argos, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Al di là dei diritti dell'uomo*. In: *Mezzi senza fine: notte sulla politica*. Torino: Bolatti Boringhieri, 1998, p. 20-29. Trad. Murilo Duarte Costa Correia. (S,L.), 2010b. Disponível em <<http://murilocorrea.blogspot.com.br/2010/04/mais-alem-dos-direitos-do-homem-de.html>>. Acesso em 25 de outubro de 2011.
- BLOCH, Ernst. *O Princípio Esperança*. Rio de Janeiro: EdUERJ/Contraponto, 2006.
- BRASIL. *ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente*. Lei 8.069 de 13 de junho de 1980
- BRASIL. *CÓDIGO DE MENORES* – Lei 6.697 de 10 de outubro de 1979
- BRASIL. *CÓDIGO DE MELLO MATOS* – Decreto nº 17.943-A de 12 de outubro de 1927.
- BRASIL. SENADO. Notícias do senado. Disponível em: <<http://www.senado.gov.br/agencia/verNoticia.aspx?codNoticia=102299&codAplicativo=2>>. Acesso em: 15 de outubro de 2011.
- BRASIL. *SINASE* – [S.l.]: *Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo*, 2006.
- BRASIL. *SINASE – Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo*. Projeto de Lei 1.627, 2007
- CIORAN, Emile. *História e Utopia*. Rio de Janeiro: Rocco, 2011.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Educador: novo milênio, novo perfil?* São Paulo: Paulus, 2000.
- \_\_\_\_\_. *Aventura Pedagógica: caminhos e descaminhos de uma ação educativa*. Belo Horizonte: Modus Faciendi, 2001.
- \_\_\_\_\_. *Ser Empresário: o pensamento de Norberto Odebrecht*. Rio de Janeiro: Versal, 2004.
- \_\_\_\_\_. *Por uma política nacional de execução das medidas socioeducativas: conceitos e princípios norteadores*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006a.
- \_\_\_\_\_. *As bases éticas da ação socioeducativa: referenciais normativos e princípios norteadores*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006b.

- \_\_\_\_\_. *Socioeducação: estrutura e funcionamento da comunidade educativa*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006c.
- \_\_\_\_\_. *Os regimes de atendimento no Estatuto da Criança e do Adolescente*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006d.
- \_\_\_\_\_. *Parâmetros para formação do socioeducador: uma proposta inicial para reflexão e debate*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006e.
- \_\_\_\_\_. *Guia do Educando II – trabalho de campo: exercício de protagonismo juvenil*. Uberlândia: IAMAR, 2008.
- COSTA, Antônio Carlos Gomes da; VIEIRA, Maria Adenil. *Protagonismo Juvenil: adolescência, educação e participação democrática*. São Paulo: FTD; Salvador, BA: Fundação Odebrecht, 2006.
- CALVINO, Ítalo. *Se um viajante numa noite de inverno*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- CARVALHO, Josué e CARVALHO, Lindalva. *A educação social no Brasil: contribuições para o debate*. In: I Congresso Internacional de Pedagogia Social. 2006. Acessado em: [http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=MSC000000092006000100024&lng=en&nrm=iso&tlng=pt](http://www.proceedings.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=MSC000000092006000100024&lng=en&nrm=iso&tlng=pt).
- CILLERO, Miguel. A responsabilidade penal do adolescente e o interesse superior da criança. *Rev. Bras. Adolescência e Conflitualidade*, 2013 (8): 1-9.
- COLOMBO, Irineu. *Adolescência Infratora Paranaense: história, perfil e prática discursiva*. Brasília, 2006. Tese de Doutorado em História apresentada ao Programa de Pós Graduação em História da Universidade de Brasília.
- DELEUZE, Gilles. *Nietzsche e a Filosofia*. Rio de Janeiro: Rio, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Nietzsche*. Lisboa: Edições 70, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Diferença e Repetição*. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- \_\_\_\_\_. O Esgotado. In *Gilles Deleuze: sobre o teatro*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.
- \_\_\_\_\_. *Foucault*. São Paulo: Brasiliense, 2005.
- \_\_\_\_\_. *Empirismo e Subjetividade*. São Paulo: 34, 2001.
- \_\_\_\_\_. *A Ilha Deserta*. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- \_\_\_\_\_. Post-scriptum sobre as sociedades de controle. In: *Conversações*. Rio de Janeiro: 34, 1992.
- DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. *O Anti Édipo: capitalismo e esquizofrenia*. Rio de Janeiro: Imago, 1976.
- \_\_\_\_\_. *Mil Platôs: capitalismo e esquizofrenia vol.1*. Rio de Janeiro: 34, 1995.
- \_\_\_\_\_. *O que é a Filosofia?* São Paulo: 34, 1992.
- FOUCAULT, Michel. *História da Sexualidade I: vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Em defesa da sociedade: Curso no Collège de France (1975-1976)*. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

- \_\_\_\_\_. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1984.
- \_\_\_\_\_. O Anti-Édipo: uma introdução à vida não fascista. *Cadernos de Subjetividade*. São Paulo: PUC-SP, 1993.
- \_\_\_\_\_. *As Palavras e as Coisas: uma arqueologia das ciências humanas*. São Paulo: Martins Fontes, 1995.
- \_\_\_\_\_. *A ordem do discurso*. São Paulo: Loyola, 1996.
- \_\_\_\_\_. *A Verdade e as Formas Jurídicas*. Rio de Janeiro: Nau, 1999.
- \_\_\_\_\_. *Vigiar e Punir: nascimento da prisão*. Petrópolis: Vozes, 2007.
- FRASSETO, Flávio Américo et al. Gênese e desdobramentos da lei 12594/2012: reflexos na ação socioeducativa. *Revista Brasileira Adolescência e Conflitualidade*, 2012 (6): 19-72.
- GIANGARELLI, Patrícia e ROCHA, Andréa. Adolescente privado de liberdade: um estudo dos argumentos do Judiciário para aplicação da medida socioeducativa de internação. *Revista de Serviço Social*, Londrina, V. 14, N.1, pp. 173-197, JUL./DEZ. 2011.
- GIACOIA, Oswaldo. Nietzsche: entre o servo e o livre arbítrio. In: André Martins (org). *O Mais Potente dos Afetos: Spinoza e Nietzsche*. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.
- \_\_\_\_\_. *Nietzsche X Kant: uma disputa permanente a respeito de liberdade, autonomia e dever*. Rio de Janeiro: Casa da Palavra; São Paulo: Casa do Saber, 2012.
- \_\_\_\_\_. Sobre direitos humanos na era da bio-política. *Kriterion*, Belo Horizonte, v.49, n.118, p.267-308, dez. 2008. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0100-512X2008000200002](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-512X2008000200002)>. Acesso em: 15 jun. 2011.
- HUNT, Lynn. *A invenção dos direitos humanos: uma história*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.
- IASP. Instituto de Ação Social do Paraná. *Cadernos do Iasp: Rotinas de Segurança*. Curitiba, 2006.
- \_\_\_\_\_. Instituto de Ação do Paraná. *Cadernos do Iasp: Gerenciamento de Crise nos Centros de Socioeducação*. Curitiba, 2006.
- \_\_\_\_\_. Instituto de Ação do Paraná. *Cadernos do Iasp: Práticas de Socioeducação*. Curitiba, 2007.
- \_\_\_\_\_. Instituto de Ação do Paraná. *Cadernos do Iasp: Compreendendo o Adolescente*. Curitiba, 2006.
- \_\_\_\_\_. Instituto de Ação do Paraná. *Cadernos do Iasp: Gestão de Centro de Socioeducação*. Curitiba, 2006.
- LUCKESI, Cipriano Carlos. *Filosofia da educação*. São Paulo: Cortez, 1994.
- MACHADO, Roberto. Por uma genealogia do poder. In: *Microfísica do Poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1979.
- MAKARENKO, Anton. *Poema Pedagógico*. São Paulo: Ed. 34, 2012.



- MARASCHIN, Cleci; RANIERE, Édio. Socioeducação e Identidade: onde se utiliza Foucault e Varela para pensar o Sinase. *Katálysis*. Florianópolis, v. 14, n. 1, p. 95-103, jan./jun, 2011.
- MARCONI, Marina de Andrade. *Técnica de pesquisa: planejamento e execução de pesquisas, amostragens e técnicas de pesquisa, elaboração, análise e interpretação de dados*. São Paulo: Atlas, 1996.
- MARTON, Scarlett. Nietzsche: das forças cósmicas aos valores humanos. São Paulo: Brasiliense, 1990.
- \_\_\_\_\_. Nietzsche, pensador da suspeita. In: *Curso livre de humanidades*. Disponível em: <http://www.youtube.com/watch?v=NVMijWekolk>. Acessado em 10/06/2013.
- MÉNDEZ, Emilio García. *Infancia. De los derechos y de la justicia*. Buenos Aires: Editores del Puerto, 1998
- MÉNDEZ, Emilio Garcia e COSTA, Antônio Carlos Gomes da. *Das Necessidades aos Direitos*. São Paulo: Catavento, 1994.
- NIETZSCHE, Friedrich. *Cinco Prefácios Para Cinco Livros Não Escritos*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 1996.
- \_\_\_\_\_. *O Anticristo*. São Paulo: Martin Claret, 2003.
- \_\_\_\_\_. *Humano, Demasiado Humano: um livro para espírito livres*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
- \_\_\_\_\_. *A Vontade de Poder*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2008.
- \_\_\_\_\_. *Crepúsculo dos Ídolos ou como se filosofa com o martelo*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.
- \_\_\_\_\_. *Genealogia da Moral: uma polêmica*. São Paulo: Companhia das Letras, 2009a.
- \_\_\_\_\_. *Escritos Sobre Direito*. Rio de Janeiro: PUC-Rio; São Paulo:Loyola, 2009b.
- \_\_\_\_\_. *Assim Falou Zaratustra: um livro para todos e para ninguém*. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.
- \_\_\_\_\_. *A Gaia Ciência*. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.
- OLIVEIRA, Carmem Silveira de. Apresentação. In: *Socioeducação: estrutura e funcionamento da comunidade educativa*. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2006.
- OLIVEIRA, Claudio. A Herança foucaultiana de Agamben. *CULT*, São Paulo, n.134, [2010]. Disponível em: <<http://revistacult.uol.com.br/home/2010/03/a-heranca-foucaultiana-de-agamben/>>. Acesso em: 28 nov. 2011.
- REVEL, Judith. *Michel Foucault: conceitos essenciais*. São Carlos: Claraluz, 2005.
- RODRIGUES, Heliana de Barros. Para um Foucault do ano 2100: ética, política e direitos da criança. In: Coimbra, C. (org.) *Pivetes: encontros entre a Psicologia e o Judiciário*. Curitiba: Juruá, 2010.
- ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomaz Tadeu da (org.). *Liberdades reguladas*. Petrópolis: Vozes, 1988, p.30-45.
- \_\_\_\_\_. Psicologia como uma Ciência Social. *Psicologia & Sociedade*; 20 (2): 155-164, 2008,

SCHUCH, Patrice. *Práticas de Justiça: antropologia dos modos de governo da infância e juventude no contexto pós-eca*. Porto Alegre: UFRGS, 2009.

SEDH. Portal da Secretaria Especial dos Direitos Humanos. Acessado em 10/10/2013. Disponível em: <http://portal.mj.gov.br/sedh/conanda/OqueeoCONANDA.pdf>

\_\_\_\_\_. Relatório SINASE de 2011. Acessado em 16/12/2013. Disponível em: <http://www.anajure.org.br/wp-content/uploads/2013/04/LEVANTAMENTO-NACIONAL-2011.pdf>

SPOSITO, Marília Pontes; CARRANO, Paulo. Juventude e políticas públicas no Brasil. *Revista Brasileira de Educação*, 24, 16-39, 2003. Disponível em: <[www.uspleste.usp.br/nasce/arquivos/educacao/juventudeepoliticaspUBLICASnobrasil.pdf](http://www.uspleste.usp.br/nasce/arquivos/educacao/juventudeepoliticaspUBLICASnobrasil.pdf)>. Acesso em: 15 jun. 2011.

ZOURABICHVILLI, François. Deleuze e o Possível (Sobre o Involuntarismo na Política) In: Alliez, E. (org.) *Gilles Deleuze: uma vida filosófica*. São Paulo: Ed.34, 2000.

Édio Ranieri

Doutor em Psicologia Social e Institucional pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

E-mail: [edioranieri@gmail.com](mailto:edioranieri@gmail.com)

Cleci Maraschin

Docente e orientadora dos PPG em Psicologia Social e Institucional e Informática na Educação/UFRGS. Pesquisador CNPq.

E-mail: [cleci.maraschin@gmail.com](mailto:cleci.maraschin@gmail.com)

---

<sup>1</sup> Referência a Thelma Alves de Oliveira e aos trabalhos desenvolvidos por Édio Ranieri como coordenador estadual de socioeducação na Secretaria de Estado da Criança e da Juventude do Paraná – SECJ.

<sup>2</sup> Art. 227. É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão (BRASIL, 1988).

<sup>3</sup> (...) vejo um espetáculo tão rico em significância e ao mesmo tempo tão maravilhosamente paradoxal que daria a todas as divindades do Olimpo o ensejo de irromper numa imortal gargalhada – César Bórgia como Papa!... Compreendem-me?... Pois bem, essa teria o sido a espécie de vitória que hoje somente eu desejo –: com ela o cristianismo teria sido abolido! – Que sucedeu? Um monge alemão, Lutero, chegou a Roma. Esse monge, com todos os instintos vingativos de um padre malgrado no corpo, levantou uma rebelião contra a Renascença em Roma... Em vez de compreender, com profundo reconhecimento, o milagre que havia ocorrido: a conquista do cristianismo em sua sede – usou o espetáculo apenas para alimentar seu próprio ódio. O homem religioso pensa apenas em si mesmo. – Lutero viu apenas a corrupção do papado, enquanto exatamente o oposto estava tornando-se visível: a velha corrupção, o peccatum originale, o cristianismo já não ocupava mais o trono papal! Em seu lugar havia vida! Havia o triunfo da vida! Havia um grande sim a tudo que é grande, belo e audaz!... E Lutero restabeleceu a Igreja (NIETZSCHE, 2003:105- 106).

<sup>4</sup> Paulo Afonso Garrido de Paula, Edson Sêda, Maria de Lourdes Trassi Teixeira, Ruth Pistori, Emilio Garcia Méndez, João Batista Costa Saraiva, Olympio Sotto Maior Neto, Mário Volpi, Antônio Fernando do Amaral e Silva, Benedito Rodrigues dos Santos, Maria do Rosário Leite Cintra, Munir Cury.

<sup>5</sup> Tema recorrente na obra de Gilles Deleuze, a problemática ontológica possui destaque em *Diferença e Repetição*, *O Bergsonismo*, *O Anti Édio* e *Mil Platôs*. Sugere-se, dentro da perspectiva aqui adotada, a consulta do ensaio *Morada do Ente* em ORLANDI (2004).

<sup>6</sup> Para este debate sobre o conceito de identidade e sua implicação para as Medidas Socioeducativas, ver o artigo *Socioeducação e Identidade: Onde Se Utiliza Foucault e Varela Para Pensar o SINASE*, publicado pela Revista *Katálysis*, V.14, N.1.

<sup>7</sup> Antônio Carlos prestou assessoria para empresas como Fundação Odebrecht, Bradesco, Itaú Social, Telefônica, Bank Boston, Pitágoras; para institutos como Eco-Futuro, Camargo Correia, Votorantin, ACJ (Associação Caminhando Juntos), IAMAR (Instituto Alair Martins), C&A, Telemig Celular, Instituto Telemar (hoje Instituto Oi - Futuro), Fundação Getúlio Vargas/RJ (MODUS FACIENDI, acessado em 15/10/2013).

<sup>8</sup> “O Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA – é a instância máxima de formulação, deliberação e controle das políticas públicas para a infância e a adolescência na esfera federal foi criado pela Lei n. 8.242, de 12 de outubro de 1991 e é o órgão responsável por tornar efetivo os direitos, princípios e diretrizes contidos no Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990, conta, em sua composição, com 28 conselheiros, sendo 14 representantes do Governo Federal, indicados pelos ministros e 14 representantes de entidades da sociedade civil organizada de âmbito nacional e de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, eleitos a cada dois anos” (SEDH, acessado em 10/10/2013).

<sup>9</sup> “Ressaltamos que no período de elaboração desse material estava em construção o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo – SINASE e o projeto de lei de execução das medidas socioeducativas. Neste processo de discussão da nova política na área muitos argumentos aqui expostos pelo autor foram objeto de reflexão pelo grupo de trabalho responsável pela elaboração daqueles documentos” (OLIVEIRA, p.05, 2006).

<sup>10</sup> Art. 52 O cumprimento das medidas socioeducativas, em regime de prestação de serviços à comunidade, liberdade assistida, semiliberdade ou internação, dependerá de Plano Individual de Atendimento – PIA –, instrumento de previsão, registro e gestão das atividades a serem desenvolvidas com o adolescente (...) Art. 55 Para o cumprimento das medidas de semiliberdade ou de internação, o plano individual conterá, ainda: I – a designação do programa de atendimento mais adequado para o cumprimento da medida; II – a definição das atividades internas e externas, individuais ou coletivas, das quais o adolescente poderá participar; e III – a fixação das metas para o alcance de desenvolvimento de atividades externas (SINASE, LEI Nº 12.594, DE 18 DE JANEIRO DE 2012).

<sup>11</sup> Em “Deleuze e o Possível (Sobre o Involuntarismo na Política)”, Zourabichvili sustenta que a máxima popularmente empregada – O Possível, senão sufoco – refere-se não ao possível da possibilidade – pré-existente, lugar a se chegar, meta –, mas sim ao possível da potência, aberto pelo/no encontro. Zourabichvili encontra na fórmula de Bartleby – preferia não –, bem como no ensaio sobre Beckett – O Esgotado – os principais elementos de sua defesa. Cria, assim, um paradoxo entre os dois possíveis. Seria, dessa forma, necessário esgotar o possível da possibilidade – tal qual o fazem as três línguas no teatro de Beckett – para encontrar-se com o possível da potência; esgotar a meta final para se abrir ao encontro. Dessa forma, Deleuze estaria, na fórmula tão conhecida, realizando uma crítica radical do possível como possibilidade. “Deleuze desenvolveu a filosofia menos voluntarista possível: ele reivindica a ‘má vontade’ do idiota à moda russa, o ‘nada de vontade’ do original à americana. Ele insiste sempre no carácter profundamente involuntário de todo verdadeiro pensamento, de todo devir. Nada lhe era, portanto, mais estranho do que o projeto de transformar o mundo segundo um plano ou em função de uma meta. Ele não cessava, porém, de celebrar, de espreitar, ou, na ocasião oportuna, de acompanhar o que chamava de ‘devires-revolucionários’” (ZOURABICHVILLI, 2000, p.333).

<sup>12</sup> A problemática da Responsabilidade, bem como da Ética Deontológica são desenvolvidas no capítulo ‘Sobre a vontade de imputar - Nietzsche e o problema da responsabilidade’, em nossa Tese de Doutorado em Psicologia Social, “A Invenção das Medidas Socioeducativas”. Disponível no banco de teses da UFRGS.

<sup>13</sup> “A ética do nosso século inaugura-se com a superação nietzschiana do ressentimento. Contra a impotência da vontade com respeito ao passado, contra o espírito de vingança por aquilo que

irrevogavelmente foi e não pode mais ser querido, Zaratustra ensina os homens a quererem para trás, a desejarem que tudo se repita. A crítica da moral judaico-cristã realiza-se em nosso século em nome da capacidade de assumirmos integralmente o passado, de libertarmos-nos de uma vez por todas da culpa e da má consciência. O eterno retorno é, antes de tudo, vitória sobre o ressentimento, possibilidade de querer o que foi, de transformar todo “assim foi” em um “assim quis que fosse” – *amor fati*.” (AGAMBEN, 2008, p.104).

<sup>14</sup> Parte da crítica oferecida por Nietzsche à interpretação Kantiana do conceito de dignidade encontra-se resumida em ‘O Estado Grego’. Se em Kant todo ser humano nasce com o mesmo grau de dignidade, em Nietzsche esta naturalização seria justamente o aniquilamento do conceito. Ou seja, o homem para Nietzsche não pode ser considerado como fim em si mesmo, sendo sempre meio para algo. Dessa forma, amarrar a dignidade à natureza humana, fazer dela algo pronto, estável, fixo, seria impedir o movimento do homem à própria dignidade. “Não podemos evitar de corrigir nosso conceito, espalhado por toda parte, da “dignidade do homem” e “dignidade do trabalho”, perguntando-nos se o conceito de dignidade também serve para o trabalho que tem como finalidade o aniquilamento de homens “dignos”, se serve também para os homens a quem esse “trabalho digno” é confiado, ou se nessa tarefa guerreira do estado tais conceitos não se anulam mutuamente, como coisas contraditórias entre si. Eu teria de pensar que o homem guerreiro é um meio para o gênio militar, e que seu trabalho também é apenas um meio para o mesmo gênio; não é como homem em sentido absoluto e como não-gênio que lhe cabe um grau de dignidade, mas ele como meio para o gênio – que também pode admirar seu aniquilamento como meio para a obra de arte guerreira, – aquela dignidade, nesse caso, de ser dignificado como meio para o gênio. Mas o que se mostra aqui em um único exemplo vale do sentido mais geral: cada homem, como conjunto de seus atos, tem dignidade à medida que é instrumento do gênio, de modo consciente ou inconsciente; a consequência ética que se conclui imediatamente daí é que o “homem em si”, o homem em sentido absoluto não possui nem dignidade, nem direito, nem deveres: o homem só pode justificar sua existência como a de um ser totalmente determinado, servindo a finalidades inconscientes” (NIETZSCHE, 1996, p.19).

<sup>15</sup> LA – Medida Socioeducativa de Liberdade Assistida. PSC – Medida Socioeducativa de Prestação de Serviço a Comunidade.

<sup>16</sup> Aprofundamos este debate em “E-mails a Foucault”, capítulo publicado no livro *Cartas a Foucault*, Editora Sulina, 2014.

<sup>17</sup> Glossário elaborado a partir da experiência profissional do primeiro autor em colaboração com o psicólogo Leandro Muller, atualmente responsável pelo Centro de Internação Socioeducativa Fazenda Rio Grande, no município de Fazenda Rio Grande, Paraná.